CDRM
DOCUME
TL 572

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
**********
Grupo Coligação de Esquerda
(Comunistas, Progressistas, Worker^Party)
**********
PARLAMENTO EUROPEU

Estrasburgo, 23/11/89

Intervenção do deputado
José Barros Moura (Coligação de Esquerda)
no debate de urgência sobre a situação
em Timor-Leste (Doc. B3-524/89)

---

Senhor Presidente

Depois da visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste é esta a primeira oportunidade de que o nosso Parlamento dispõe para discutir e tomar posição sobre os graves acontecimentos então verificados. Não é tarde! Porque do que se trata é de não deixar de condenar firmemente mais uma escalada na violação dos direitos do homem em Timor-Leste. Não tomar posição seria colaborar no muro de silêncio que a Indonésia quer impôr ao povo de Timor-Leste para impedir que o mundo conheça que ali decorre uma das mais dramáticas tentativas de aniquilar um povo para impedir que exerça o seu inalienável direito à autodeterminação e independência.

A visita do Papa - cuja oportunidade não quero aqui discutir - corria o risco de ser utilizada pela propaganda indonésia como meio legitimador da ocupação militar ilegal e ilegitima.

Mas o gesto corajoso dos jovens timorenses logo seguidos por muitos compatriotas que, aproveitando a presença de meios de comunicação social estrangeiros, se manifestaram na presença do Papa contra a ocupação indonésia e pela independência - permitiu anular a manipulação que a Indonésia pretenderia fazer da visita papal. E, perante o mundo inteiro, pôde revelar-se uma heróica luta pela identidade cultural e a independência que a hipocrisia de muitos desejaria esquecer.

.../.../...

**********
Bureau 2022-BEL I.R.Belliard 97/113,1040 Brux. (Telf.234 2585)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
**********
Grupo Coligação de Esquerda
(Comunistas, Progressistas, Worker's Party)
**********
PARLAMENTO EUROPEU



Também aqui se revela que é sempre o povo quem por último comanda os acontecimentos.

O governo indonésio respondeu com a repressão brutal, as prisões, os espancamentos, os fuzilamentos e as mortes e impôs de novo a censura e o corte das comunicações com o exterior.

Pelo nosso lado cumprimos as nossas responsabilidades.

A proposta de resolução que apresentámos é um meio de denunciar a repressão, exprimir solidariedade com a luta do povo de Timor, denunciar a ocupação militar, combater o silêncio e a deturpação; exigir a solidariedade e medidas concretas da Comunidade que apoiem o exercício do direito à autodeterminação e independência do povo de Timor.

Exigimos que o Conselho e a Comissão apliquem as resoluções do Parlamento que permitiriam pôr fim à cobertura política, económica e militar que vários Estados-membros continuam a prestar à Indonésia.

**********

Bureau 2022-BEL I.R.Belliard 97/113,1040 Brux. (Telf.234 2585)